



**Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**


**Assunto: Governo tornou público contrato de trabalho do ex-diretor de informática do HDES mas classificou como confidencial o contrato de trabalho do atual diretor**

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa. para efeito de admissão, requerimento dirigido ao Governo Regional, nomeadamente à Secretaria Regional da Saúde e Desporto.

Ponta Delgada, 27 de janeiro de 2023

Com os melhores cumprimentos,

O Grupo Parlamentar do BE/Açores

  
(António Lima)

  
(Vera Pires)

**Exmo. Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto**

No dia 13 de setembro de 2021, o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, solicitou ao Governo Regional, através de requerimento, uma “cópia do contrato de trabalho com o ex-diretor do serviço de Informática do HDES”.

No dia 15 de outubro de 2021, em resposta ao referido requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, o Governo Regional enviou ao parlamento dos Açores uma cópia do contrato de trabalho de Ricardo Cabral – ex-diretor de informática do HDES – em que foi ocultado apenas o seu número de cartão de cidadão, o seu número de contribuinte e a sua morada. Este documento foi entregue sem qualquer classificação de confidencialidade e encontra-se desde então, e ainda hoje, disponível no site do parlamento com acesso livre.

No dia 30 de agosto de 2022, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, solicitou ao Governo Regional, através de requerimento, uma “cópia do contrato de trabalho do novo diretor do serviço de Informática do HDES”.

No dia 22 de setembro de 2022, em resposta ao referido requerimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Governo Regional enviou ao parlamento dos Açores uma cópia em papel do contrato de trabalho do atual diretor do serviço de Informática do HDES que foi entregue em mão, com a classificação de “confidencial”, exclusivamente ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, justificando este procedimento com a proteção de dados pessoais.

O tratamento diferente perante duas situações exatamente iguais tem de ser explicado pelo Governo.

Não se compreende que tenha havido preocupação em defender os dados pessoais do atual diretor do serviço de Informática do HDES – nomeado durante a atual legislatura – mas não tenha havido a mesma preocupação relativamente ao ex-diretor do serviço de Informática do HDES – que foi expulso do seu posto de trabalho sob condições humilhantes, como o próprio tribunal deu como provado.

O Governo Regional quis que o salário do ex-diretor de Informática do HDES fosse tornado público, mas quis esconder o salário do atual diretor do serviço de Informática.

Além disso, na resposta ao requerimento do Bloco de Esquerda, o Governo ocultou quanto recebeu o atual diretor do serviço de Informática durante o período em que prestou serviços enquanto “assessor externo do conselho de administração do HDES”, escudando-se no facto de esta relação laboral ter sido efetuada através de uma empresa e não de forma direta entre o HDES e o Dr. João Paulo Brás.

Considerando que o Governo apenas indicou ter sido aceite “uma proposta da TEGIS ‘Serviços de assessoria em Tecnologias de Informação e Comunicação’ no valor de 5000 euros por pacote de 125h (até 31 dez 2021)”.

Considerando que, de acordo com o Portal Base, o Hospital do Divino Espírito Santo, EPER celebrou um contrato por ajuste direto, no valor de 50 mil euros, com a empresa TEGIS.

**Assim, nos termos estatutários e regimentais, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V. Exa. a seguinte informação:**

1 – O governo tornou público o contrato de trabalho do ex-diretor de Informática do HDES, mas classificou o contrato de trabalho do atual diretor de Informática do HDES como confidencial, alegando a proteção de dados pessoais. Como justifica o governo este tratamento diferente em duas situações idênticas?

2 – Quantos pacotes de 125h no valor de 5 mil euros – referidos pelo Governo em resposta ao Bloco de Esquerda (com a referência Sai-AP/2022/137) – foram pagos à TEGIS? Para cada pacote de 125 horas, solicita-se a indicação dos dias em que o trabalho foi prestado e quantas horas em cada um destes dias.

3 – Os referidos “pacotes de 125h no valor de 5 mil euros” que foram faturados estão incluídos no contrato de 50 mil euros celebrado entre o HDES e a TEGIS para “Fornecimento de Serviços e Assessoria em Tecnologia de Informação e Comunicação, Realização de Auditoria de Segurança da Informação e Elaboração Plano Estratégico TIC 2022-2025 para o Hospital Divino Espírito Santo EPER”? Ou foram faturados à parte deste contrato?

**Ainda nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V. Exa. cópia dos seguintes documentos**

- “Proposta da TEGIS - Serviços e Assessoria em Tecnologia de Informação e Comunicação” referido na resposta do Governo a requerimento do Bloco de Esquerda (com a referência Sai-AP/2022/137);

- Faturas detalhadas referentes aos serviços prestados pela TEGIS ao HDES durante o ano de 2021.

O Grupo Parlamentar



(António Lima)



(Vera Pires)

Ponta Delgada, 27 de janeiro de 2023